

# A MEDIAÇÃO DO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO COMO PONTE PARA DECISÕES MAIS DEMOCRÁTICAS NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL.

*The mediation of information professional as a bridge to more democratic decisions in the field of public policies in Brazil*

Thabyta Giraldeleli Marsulo (1), Ângela Maria Grossi de Carvalho (1)

(1) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, Av. Hygino Muzzi Filho, 737, Mirante - Marília, SP, thabytagm@hotmail.com (1), angela@carvalho.jor.br (1)

## Resumo

Considerando a ciência da informação um campo interdisciplinar, buscamos enlaçar seus pressupostos teóricos aos do campo das políticas públicas em especial as de informação e tecnologia. Como objetivo, destacamos as habilidades específicas dos profissionais da informação sobre o ciclo de vida e o desenvolvimento de políticas públicas visando alavancar as transformações trazidas pelas tecnologias da informação e comunicação, elementos reguladores da sociedade contemporânea, no âmbito da sociedade e principalmente neste universo governamental. O estudo apresenta características de pesquisa fundamental e aplicada. No primeiro caso, nos interessamos pelas investigações do campo teórico e metodológico da Ciência da Informação que contribui para a validação das teorias propostas neste projeto, a compreensão dos sujeitos sociais no processo de atuação do profissional da informação no âmbito das políticas públicas, através da conexão do percurso histórico da ciência da informação e seus profissionais e o cenário político nacional, reforçando a importância do envolvimento dos profissionais da ciência da informação na elaboração destas políticas.

**Palavras-chave:** Políticas públicas de informação e tecnologia; Profissional da informação; Avaliação de políticas públicas; Tecnologias de informação e comunicação.

## 1 Introdução

Considerando a ciência da informação um campo interdisciplinar, buscamos enlaçar seus pressupostos teóricos aos do campo das políticas públicas. Como objetivo, destacamos as habilidades específicas dos profissionais da informação sobre o desenvolvimento de políticas públicas visando alavancar as transformações trazidas pelas tecnologias da informação e comunicação, elementos reguladores da sociedade contemporânea, no âmbito da sociedade e principalmente neste universo governamental.

A sociedade do conhecimento se baseia no uso compartilhado de recursos, na construção coletiva de co-

## Abstract

Considering the information science an interdisciplinary field, we seek to connect the assumptions of the field of public policies especially information and technology. In order to highlight the specific skills of professionals in the information life cycle and the development of public policies to leverage the changes brought about by information technology and communication, regulatory elements of contemporary society within the society and especially this government universe. The study presents fundamental and applied research characteristics. In the first case we are interested by the research of the theoretical and methodological field of information science that contributes to the validation of the proposed theories in this project, the understanding of social subjects in the professional performance of process information within public policies through the connection of historical development of information science and its professionals and the national political scene, reinforcing the importance of the involvement of information science professionals in the preparation of these policies.

**Keywords2:** Public policy and information technology; Information professional; Evaluation of public policies; Information technology and communication.

hecimento, na interação livre de restrições de espaço e tempo e, na valorização do direito à informação, às tecnologias de informação e comunicação e à educação, como um bem comum. Assim, a população passa a ter mais poder diante da reivindicação de seus direitos, uma vez que, a informação e o conhecimento são matérias-primas indispensáveis para a construção da nova sociedade.

A mudança no modo como as pessoas se relacionam com a informação e seu impacto na sociedade se baseia na essência da Internet: sua dinâmica e sua capacidade de extinção das fronteiras para possibilitar o acesso global a diversos tipos de informação e onde

encontrar a informação relevante é fundamental para que a mesma possa ser utilizada.

Com o apoio das TIC é possível criar sistemas e serviços avançados de informação e de prevenção de riscos sobre o meio ambiente como alerta e suporte às políticas públicas, estratégias empresariais e ações sociais. Nessa nova sociedade, as políticas públicas deveriam traduzir em seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, as formas de exercício do poder político desta população, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder (e do conhecimento), o papel do conflito social nos processos de decisão e a distribuição de custos e benefícios sociais. O estudo apresenta características de pesquisa fundamental e aplicada.

No primeiro caso nos interessamos pelas investigações do campo teórico e metodológico da Ciência da Informação que contribui para a validação das teorias propostas neste projeto, pela compreensão dos sujeitos sociais no processo de atuação do profissional da informação no âmbito das políticas públicas, através da conexão do percurso histórico da ciência da informação e seus profissionais e pelo cenário político nacional, reforçando a importância do envolvimento dos profissionais da ciência da informação na elaboração destas políticas.

Nesse aspecto a atuação de um profissional capacitado para mediar informações e construir uma cultura para compartilhar conhecimento e criar ambientes para transferência de conhecimento tácito de acordo com a necessidade de um público específico se torna essencial. A organização de serviços de informação para fazer frente a requisitos específicos é, na verdade, o ponto crucial do manejo da informação. Os especialistas da informação têm como responsabilidade básica inovar constantemente produtos e serviços para prover o conhecimento de direito a todo cidadão.

É importante ressaltar que as formas de atuação do Estado com relação aos elementos estruturais da Sociedade são cruciais, uma vez que suas políticas podem traçar o horizonte e definir os modos de interação dos indivíduos, grupos, organizações e instituições públicas e privadas, tanto no interior do Estado quanto fora de seus limites institucionais. Observa-se que o desenho de muitas políticas públicas são verdadeiras caixas pretas, no sentido de abstração. Para se entender como certos bens e serviços são obtidos e como os atores estão envolvidos no processo é necessário que opere uma transparência para que a população entenda como os produtos e serviços anunciados correspondem as transformações do meio.

## 2 Políticas Públicas

Política é considerada a ciência da governança de um Estado ou Nação, a arte de negociar para equilibrar e aliar interesses. O termo tem origem no gre-

go *politiká* uma derivação de *polis* que designa aquilo que é público (Ferreira, 2009).

O significado de política é muito abrangente e está, em geral, relacionado com aquilo que diz respeito ao espaço público. Já as Políticas públicas consistem em ações tomadas pelo Estado que têm como objetivo atender os diversos setores da sociedade civil. Essas políticas são muitas vezes feitas juntamente com a sociedade e entidades públicas e privadas.

A história da humanidade é basicamente a história das ideias e da luta pelo poder, travadas por indivíduos, grupos ou nações para conquistar, manter ou ampliar o poder político. Essas lutas podem ser violentas, na forma de assassinio de dirigentes, guerras, revoluções e golpes de estado, ou pacíficas, por meio de eleições e plebiscitos (Marx, Engles, 1999).

Ao pensar no Estado e seus domínios logo somos tomados pela noção de bem público, para melhor compreender as ações do governo sobre a sociedade. Políticas desenvolvidas pelo Estado se conotam ações públicas pelo senso comum, já estas são desenvolvidas por meio da arrecadação de taxas da sociedade para serem redistribuídas de forma universal para a população. Neste contexto, nos voltamos para os estudos de Jürgen Habermas (1984), com os seus conceitos de Esfera Pública.

“Com relação à palavra ‘público’, Habermas salienta que embora existam vários significados para esta, a dimensão que, aqui, ganha maior importância é a de que um público é sempre um público que julga. Aquilo que é objeto de julgamento é o que ganha publicidade. Ou seja, o surgimento de uma esfera pública significaria, desta maneira, a emergência de um espaço no qual assuntos de interesse geral seriam expostos, mas também controvertidos, debatidos, criticados, para, então, dar lugar a um julgamento, síntese ou consenso” (Losekann, 2009, p.39).

A esfera pública é o espaço ou dimensão comum em que, por meio deste espaço, os membros da sociedade têm uma abertura irrestrita para debater objetos de interesse comum. Os assuntos públicos a serem discutidos pelos atores públicos e privados culminam na formação da opinião pública que age como uma força oriunda da sociedade civil em direção aos governos no sentido de pressioná-los de acordo com seus anseios.

“No jogo que se estabelece entre a formação política da vontade, constituída institucionalmente, e os fluxos comunicativos espontâneos de uma esfera pública não organizada e não programada para tomar decisões, os quais não são absorvidos pelo poder. Neste contexto, a esfera pública funciona como uma categoria normativa” (Habermas, 1992, p. 625).

Tal relação entre sociedade e Estado usa, as formas de comunicação como aproximação entre diferentes grupos da sociedade e os órgãos públicos estabelecendo

contornos próprios para as políticas pensadas. É indiscutível que as formas de organização social, o poder de pressão e articulação de diferentes grupos sociais no processo de estabelecimento e reivindicação de demandas são fatores fundamentais na conquista de novos e mais amplos direitos sociais, incorporados ao exercício da cidadania (Taylor, 1992)

“A importância da esfera pública na concepção de uma política pública reside na manifestação da sociedade por um tema ou necessidade, ecoando na esfera política e fazendo com que os atores políticos tomem de fato a decisão, podendo se materializar na criação de uma política pública” (Carvalho, 2010, p.79).

A esfera pública introduz uma nova concepção de participação política e da relação entre estado e sociedade, indicando uma arena onde os cidadãos buscam participação política por meio do diálogo, fazendo com que o estado preste contas de suas ações à opinião pública, além disso enfoca a transmissão dessas informações através de canais institucionalizados (como a imprensa). Portanto, a esfera pública envolve mecanismos institucionais racionais que visam o debate público e o interesse comum para o conhecimento profundo da própria sociedade que o faz. (Jovchelovitch, 2000).

Considerando o contexto discutido acima, apontamos que nos últimos anos houve retomada do interesse no âmbito das políticas públicas na pesquisa acadêmica, não somente no Brasil, como em todo o globo. Essa emergência temática se dá além do campo ciência política e tem sido justificada por pesquisadores como SOUZA (2003; 2006) por fatores como: a adoção de políticas restritivas de gasto a partir do século XX, novas visões sobre o papel dos governos após a segunda guerra com a ênfase no ajuste fiscal e principalmente nos países em desenvolvimento, a necessidade de impulsionar de maneira eficiente e organizada o desenvolvimento econômico e promover a inclusão social da população.

Tais pontos vêm sendo reforçados em pesquisas sobre o que o governo faz, ou deixa de fazer. Portanto, a academia, juntamente com órgãos governamentais e centros de pesquisa, estes últimos com tradição mais antiga na área, têm ampliado sua presença nos estudos e pesquisas sobre políticas públicas.

As políticas públicas vêm sendo definidas historicamente como um campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, cobrar ações de governos democráticos e constantemente avaliar essas ações propondo mudanças e adequações sempre que necessárias.

As políticas públicas se consolidaram nos últimos sessenta anos como um corpus teórico próprio, com um vocabulário voltado para a compreensão dos fenômenos políticos-administrativos que cercam este universo (Secchi, 2012).

Secchi (2010 p. XI) explicita que “O ano de 1951 pode ser considerado o marco do estabelecimento da área. Embora na década de 1930 aparecessem contribuições teóricas da análise racional das políticas”.

Ontologicamente as raízes das políticas públicas como disciplina acadêmica surgem nos Estados Unidos com uma abordagem multicêntrica sem o rigor dos desdobramentos teóricos estadistas característicos das vertentes europeias. Em linha gerais, as discussões norte americanas não se voltavam às bases epistemológicas da influência do estado, admitindo também que atores não estatais decidam e liderem os processos de elaboração e manutenção de uma política pública (Parsons, 1997).

Segundo Secchi (2010), nas línguas latinas como o português, o termo política pode assumir duas conotações que são sanadas na língua de matriz inglesa pela divisão clara do termo perante seus significados em dois: *politics* e *policy*.

A política advinda de *politics* pode ser definida como: atividades de obtenção e manutenção de recursos necessários para o exercício do poder estatal sobre o homem. Já no sentido de *policy* se relaciona às orientações para a decisão e ação de como realizar soluções pacíficas referentes a problemas advindos dos bens comuns (Bobbio, 2002).

Dye em 1984 sintetizou as várias definições em uma simples sentença do que considera uma política pública: “diretrizes do que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Consideramos que essa afirmação é válida levando em cálculo que no início as políticas públicas eram tratadas como o dispositivo de saída do sistema político, fazendo com que os pesquisadores se concentrassem apenas em demandas e articulações de interesse do governo.

Considera-se que este ramo do conhecimento contou com quatro grandes fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton, que apresentaram conceitos norteadores dos estudos de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. Nesse caso, as políticas são explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos).

Souza (2006, p. 6) aponta que “do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica na sintetização de teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer

teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos”.

A essência do contexto da política pública, está no chamado problema público e para que este seja considerado de caráter público é necessário que exista um interesse social comum de que esta situação é realmente a ideal. Sendo assim, em alguns casos na elaboração de uma política deste caráter é possível encontrar cooperação entre setores governamentais e privados, esclarecendo que o contexto de uma política pública existe além das fronteiras das demandas emanadas pelos diversos órgãos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, contudo, não podemos negar que se torna mais visível neste contexto (Secchi, 2012).

“No processo de definição de políticas públicas, sociedades e Estados complexos como os constituídos no mundo moderno estão mais próximos da perspectiva teórica daqueles pesquisadores que defendem que existe uma “autonomia relativa do Estado”, o que faz com que o mesmo tenha um espaço próprio de atuação, embora permeável a influências externas e internas [...]” (Evans; Rueschmeyer; Skocpol, 1985 apud Souza, 2003).

Sendo assim, no processo de formulação de uma política deste tipo é necessário que o grupo de atores participantes se identifiquem com os problemas (ou suas respectivas causas) para melhor direcionar os recursos aos resultados esperados (Elster, 1989).

Os objetivos das políticas têm uma referência valorativa e exprimem as opções e visões de mundo daqueles que controlam o poder, mesmo que, para sua legitimação, necessitem contemplar certos interesses de segmentos sociais dominados, dependendo assim da sua capacidade de organização e negociação.

“Elaborar uma política pública significa definir *quem* decide *o quê*, *quando*, com que *consequências* e *para quem*”. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, como grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. Nesse sentido, cabe distinguir ‘Políticas Públicas’ de ‘Políticas Governamentais’. Nem sempre ‘políticas governamentais’ são públicas, embora sejam estatais. Para serem ‘públicas’, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público [...] (Teixeira, 2002, p.2, grifo do autor).

Portanto tais políticas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coa-

lizações de interesses. Assim as políticas públicas se desenvolvem através de um ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado.

O ciclo da política pública é constituído segundo Howlett e Ramesh em 1993, e tem como objetivo criar uma visualização e interpretação organizada da vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes como o observado na figura 1.

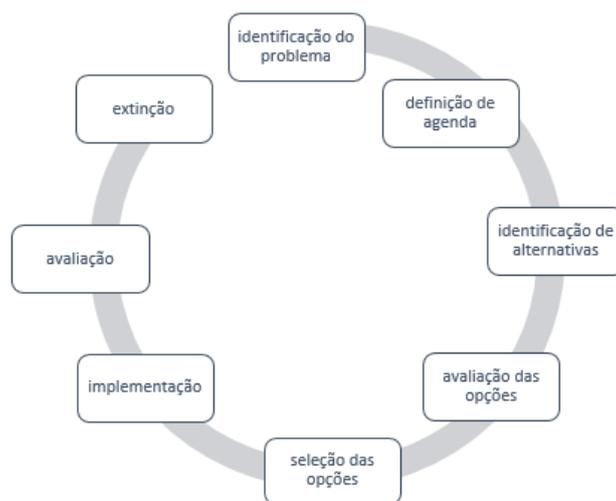


Figura 1. Representação do ciclo da política pública (Howlett; Ramesh, 1993).

O diagrama cíclico apresenta o processo político e sua realidade empírica. A separação em etapas se presta aos objetivos de evidenciar, ao longo do processo, ênfases diferenciadas no planejamento, operação ou avaliação dos programas que tem como “principal contribuição a ideia da possibilidade de percepção dos diferentes momentos no processo de construção de uma política, apontando para a necessidade de se reconhecer as especificidades de cada um destes momentos, possibilitando maior conhecimento e intervenção sobre o processo político” (Resende, 2011, p.3).

Quanto às desvantagens o mesmo autor destaca a “inevitável fragmentação que a ideia de fases provoca em qualquer análise a ser empreendida. Por mais que haja um cuidado do analista em não isolar uma fase e seus efeitos, há sempre o risco de tratá-la de forma estanque. Além disto, a aplicação deste (s) modelo (s) carrega consigo o perigo de se imaginar que a política se comporta de forma previsível. Imagina que é possível fazer um estudo das políticas que seja neutro ou que abstraia totalmente das disputas e intenções dos analistas” (Resende, 2011, p.3).

A representação pode se justificar ainda para fins didáticos orientando o recorte analítico na pesquisa aca-

dêmica na área de forma heurística, ou seja, possibilitando a organização das ideias facilitando a comparação entre casos heterogêneos.

A divisão das fases é uma forma heurística de divisão e compreensão das etapas da formulação de uma política pública, assim comentaremos cada uma das seis fases existentes nesse modelo.

A primeira fase focaliza o problema público, ou seja, a distância entre uma situação ideal e a realidade díspar encontrada na sociedade. As problemáticas podem aparecer subitamente ou ganhar importância aos poucos, porém só serão incorporadas à agenda de atuação do governo, quando este assumir que algo deve ser feito a respeito.

Segundo Rua (2007, p.6) “Para que uma situação ou estado de coisas se torne um problema político e passe a figurar como um item prioritário da agenda governamental é necessário que apresente pelo menos uma das seguintes características: (a) mobilize ação política: seja ação coletiva de grandes grupos, seja ação coletiva de pequenos grupos dotados de fortes recursos de poder, seja ação de atores individuais estrategicamente situados; (b) constitua uma situação de crise, calamidade ou catástrofe, de maneira que o ônus de não resolver o problema seja maior que o ônus de resolvê-lo; (c) constitua uma situação de oportunidade, ou seja, haja vantagens, antevistas por algum ator relevante, a serem obtidas com o tratamento daquele problema.

Uma vez que um problema qualquer tenha se tornado prioridade governamental, é iniciado o processo de formulação de alternativas, a segunda fase. Tal processo começou a ser estudado por Kingdon (1984) ao analisar duas políticas públicas (saúde e transportes) desenvolvidas nos EUA.

“Buscava compreender como alguns temas relativos a estas áreas passaram a integrar a agenda política governamental e como foram geradas as alternativas para a tomada de decisão percebendo, com sua pesquisa, que os problemas se apresentavam de forma distinta e ganhavam diferentemente a atenção do governo. Assim, denominou AGENDA a lista de assuntos e problemas sobre os quais o governo e pessoas ligadas a ele concentram sua atenção num determinado momento. Destacou também que o processo de mudança da agenda se altera à medida que os cenários políticos se modificam e diferenciou três tipos de agenda no processo político, visando ressaltar os diferentes *status* dos problemas no âmbito de uma política de governo” (Resende, 2011, p.5).

Os três tipos de agenda definidos por Kingdon constituem uma tipologia útil para a análise de casos concretos, sendo elas:

1. Não governamental ou sistêmica: caracterizada por assuntos e temas reconhecidos pelo público em

geral a tempos, no entanto, não tem a atenção do governo;

2. Governamental que inclui a pauta dos principais problemas formais assumidos pelo governo e autoridades;

3. De decisão: que é caracterizada pela lista das dificuldades e assuntos que efetivamente serão decididos em curto prazo.

Além destas, a agenda da mídia destaca os problemas que recebem mais atenção nos meios de comunicação. Apesar de estar fora do núcleo político, esta agenda possui um grande destaque, pois é capaz de gerar a opinião pública, que muitas vezes interfere na definição de ordenar a prioridade das agendas citadas acima, fazendo com que os problemas entrem e saiam da agenda política conforme oscilações de recursos financeiros, humanos, falta de pressão social, entre outros.

A etapa da identificação das alternativas de um problema já definido, a terceira fase, é o momento em que se elaboram métodos, estratégias e ações que resultaram no objetivo específico. Este objetivo pode ser alcançado por diversos caminhos que requerem diferentes recursos e técnicas humanas, materiais e financeiras que geralmente buscam influenciar o comportamento da população através de estímulos positivos (premiação), negativos (coerção) ou na construção e senso de moral no caso da conscientização (Secchi, 2010).

“Neste contexto é que surgem as decisões”. A rigor, uma decisão em política pública representa apenas um amontoado de intenções sobre a solução de um problema, expressas na forma de determinações legais: decretos, resoluções, etc. Nada disso garante que a decisão se transforme em ação e que a demanda que deu origem ao processo seja efetivamente atendida. Ou seja, não existe um vínculo ou relação direta entre o fato de uma decisão ter sido tomada e a sua implementação. E também não existe relação ou vínculo direto entre o conteúdo da decisão e o resultado da implementação (Rua, 2007, p.12).

Para Lindblom (1959), o processo decisório não é metódico, com princípio, meio e fim definidos e sim um percurso complexo onde soluções para um determinado grupo podem representar problemas para outro. Esse seguimento envolve interação, influência, controle e poder, e sua completa compreensão coloca a necessidade de conhecer as características dos participantes (atores), os papéis que desempenham, a autoridade a que estão submetidos e sua relação. O autor ainda completa que mesmo em um sistema democrático o processo de formulação de políticas restringe-se a um pequeno grupo, porque a democracia direta é inviável nas sociedades modernas.

A quarta fase vem após todas as decisões cabíveis serem tomadas, focalizando a política propriamente

dita, ou seja, como se constrói a consciência coletiva sobre a necessidade de se enfrentara a problemática inicial. Essa construção se dá de diversas formas: via processo eleitoral, mudanças nos partidos que governam, em mudanças de ideologias (forma de ver o mundo), aliados à força ou à fraqueza dos grupos de interesse. Segundo esta visão, a construção de uma consciência coletiva sobre o determinado problema é fator poderoso e determinante.

A fase de implementação sucede a tomada de decisão e antecede os processos de avaliação. Nela são produzidos os resultados concretos e todas as regras e rotinas são transformadas em ações.

“O campo de estudos de implementação de políticas públicas está fortemente atrelado às necessidades de desenvolvimento de melhorias nos processos político administrativos, que permitam o incremento das atividades implementadoras”. Essa é uma característica explícita na literatura internacional (D’Ascenzi, 2006, 101).

Devido ao enredamento de elementos que convergem na fase de implementação, costuma-se enxergar este ponto como um momento crucial no ciclo da política, que traz importantes contribuições para a análise de políticas

“Vários fatores podem interferir na implementação alterando os rumos previstos”. São circunstâncias externas ao agente implementador relativas à adequação, suficiência e disponibilidade de tempo e recursos; à característica da política em termos de causa e efeito, aos vínculos e dependências externas; à compreensão e especificação dos objetivos e tarefas; à comunicação, coordenação e obediência. O sucesso da implementação estará também relacionado à adequação de sua direção *top-down* ou *bottom-up* ao tipo de política e ao ambiente onde é implementada. Há ainda os fatores relativos às características do processo de negociação, à natureza do foco da política; às ações e relações entre os implementadores e sua capacidade de adaptação e de aceitar e acomodar imprevistos, às características da equipe, a condições políticas, econômicas e sociais [...] (Carvalho, Barbosa; Soares, 2010, p.9).

O modelo *top-down* infere uma abordagem funcionalista e tecnicista na qual as políticas devem ser elaboradas pelas esferas políticas; já o *bottom-up* sugere que a política pode ser modificada por aqueles que a usufruem no dia a dia. As autoras ainda os completam da seguinte forma

“Observa-se que essas não são mutuamente exclusivas, uma vez que ambas fornecem informações úteis sobre o processo de implementação. Em alguns casos uma abordagem pode ser mais importante que a outra, e em outros casos ambas são igualmente relevantes, embora em diferentes fases do complexo e dinâmico processo de implementação” (Carvalho; Barbosa; Soares, 2010, p.10)

A quinta fase se pauta nos possíveis efeitos que essa política apresenta através da avaliação de sua eficiência e eficácia, última fase do ciclo da política. Esta

fase vem sendo amplamente debatida na literatura pelas distintas concepções atribuídas à própria ideia de avaliação, bem como pelos diversos caminhos metodológicos traçados, em função daquilo que está sendo avaliado e dos objetivos que se pretende alcançar.

É importante ressaltar que na área de políticas públicas não existe um consenso sobre o que é avaliar uma política pública, assim adotaremos a definição de Garcia (2001 p. 31): “Avaliação é uma operação na qual é julgado o valor de uma iniciativa organizacional, a partir de um quadro referencial ou padrão comparativo previamente definido”.

A avaliação institucional de uma política pública torna-se mais relevante quando pode oferecer informações não apenas sobre o impacto, mas sobre resultados e consequências mais amplas e difusas, assim a avaliação deve abranger o processo de formulação e implementação das ações e dos resultados que se tornam instrumentos fundamentais para a tomada de decisões e para o aperfeiçoamento ou reformulação das ações desenvolvidas (Belloni, 2000).

Em Faria (2003, p.103) encontramos quatro tipos de avaliação dessas políticas “Instrumental — depende não apenas da qualidade da avaliação, mas também da adequada divulgação de seus resultados, sua inteligibilidade e da factibilidade das recomendações propostas; Conceitual — as descobertas da avaliação podem alterar a maneira como esses técnicos entendem a natureza. O modo de operação e o impacto do programa que implementam e nenhuma decisão ou ação é esperada, pelo menos não imediatamente; Instrumento de persuasão — quando a avaliação é utilizada para mobilizar o apoio para a posição que os tomadores de decisão já têm sobre as mudanças necessárias na política ou programa; Esclarecimento — acarreta, pela via do acúmulo de conhecimento oriundo de diversas avaliações, impacto sobre as redes de profissionais, sobre os formadores de opinião e sobre as *advocacy coalitions*, bem como alterações nas crenças e na forma de ação das instituições, orientando a agenda governamental.

Após a execução de todas as fases, principalmente a fase de avaliação, pode-se chegar a um momento em que o governo ou os próprios atores consideram o problema público originário daquela política solucionado ou já não tão impactante, assim entramos na sexta fase do ciclo, a extinção.

De acordo com Guiliani (2005) uma política pública pode ser extinta mediante três fatores:

- a resolução do problema originário da política;
- os programas, leis ou ações se demonstraram ineficazes;
- o problema original resolvido ou não perdeu importância naquela sociedade.

Entretanto, o processo de exclusão de uma política pública é muito dificultoso devido aos atores envolvidos. As políticas redistributivas, por exemplo, são difíceis de ser extintas devido aos enormes conflitos entre os grupos beneficiados e os pagadores, as distributivas se tornam as complexas no quesito extinção, pois os pequenos grupos acabam tornando suas ideias maiores do que a da coletividade. Dentre todas, as regulatórias e as constitutivas se apresentam como as menos complexas, mas muitas vezes continuam ativas, pois ficam presas na vagareza e comodidade governamental. (Secchi, 2010).

Diante do exposto, podemos observar que as políticas muitas vezes acabam encostadas ou ineficientes, porém ativas, pela falta de atividade de atores políticos, o que nos faz pensar que este campo merece destaque em pesquisas acadêmicas.

### 2.1 A mediação do profissional da informação no ciclo das políticas públicas

É importante ressaltar que as formas de atuação do Estado com relação aos elementos estruturais da Sociedade são cruciais, uma vez que suas políticas podem traçar o horizonte e definir os modos de interação dos indivíduos, grupos, organizações e instituições públicas e privadas, tanto no interior do Estado quanto fora de seus limites institucionais. (Miranda, 2000).

Para Lévy (1998, p.7) “No mundo contemporâneo, sujeito e objeto se confundem; espaço e tempo são redimensionados, e, com isso, as relações humanas se transformam. Homem, trabalho, comunicação, conhecimento, elementos que ao se relacionarem dependem de uma “metamorfose incessante dos dispositivos informacionais”.

Visando este contexto a maioria dos analistas afirma que as modificações no conteúdo e na metodologia das políticas públicas só se efetuarão com mudanças nas elites políticas, na composição do poder político. É certo que mudanças mais substantivas só podem ocorrer quando efetivamente se muda a composição do poder, entretanto podem-se obter conquistas sociais através da mobilização social, da ação coletiva, sobretudo quando esta passa a ter um conteúdo de proposição, de debate público de alternativas e não de mera crítica. Para isso, é necessário que as proposições sejam legitimadas por um amplo consenso e que tenham uma abrangência maior que os interesses corporativos ou setoriais.

Observa-se que o desenho de muitas políticas públicas são verdadeiras caixas pretas, no sentido de abstração. Para se entender como certos bens e serviços são obtidos e como os atores estão envolvidos no processo é necessário que opere uma transparência para que a população entenda como os produtos e serviços anunciados correspondem às transformações do meio.

Nesse aspecto, sendo “A Ciência da Informação uma ciência social aplicada pós-moderna esta possui um compromisso social. Trabalha constantemente com o conhecimento codificado, registrado, introduzindo o objeto focado numa certa linguagem para selecioná-lo. Seu campo é temático, portanto lida com problemas, e, onde existem problemas, nasce sempre uma ciência de forma organizada para resolvê-los” (Lenzi; Brambila, 2006, p.8), a atuação de um profissional capacitado para mediar informações e construir uma cultura para compartilhar conhecimento, criar ambientes para transferência de conhecimento tácito (Sveiby, 2000) de acordo com a necessidade de um público específico se torna essencial.

O profissional provido desta ciência social surge em um contexto de globalização e das novas tecnologias onde as organizações necessitam de profissionais que ocupem espaços além dos considerados tradicionais (arquivos, bibliotecas) lidando com informações estratégicas nas diversas instâncias como “é o protótipo hoje do trabalhador do conhecimento de amanhã, sendo ele multifacetado para ir além das atividades técnicas” (Santos, 2009, p.32)

Quanto às habilidades esperadas deste profissional “ressalta-se ainda que perfis e habilidades, tais como domínio de ferramentas de informática, fluência em línguas estrangeiras, criatividade, capacidade de trabalhar em equipes multidisciplinares, dinamismo, ética e investimento em educação continuada são essenciais a todos os profissionais de qualquer área do conhecimento. Porém, tornam-se imprescindíveis aos profissionais da informação, pois a informação, seu objeto de trabalho, é complexa e mutável, principalmente porque depende das necessidades dos indivíduos e das organizações em determinado contexto” (Santos, 2009, p.24).

Portanto, essas habilidades são utilizadas diariamente em suas atividades, como esclarecem Tarapanoff, Suiden e Oliveira (2002) ao afirmar que o profissional da informação ou do conhecimento tem a habilidade de lidar com a informação e conhecimento, agregando valor aos mesmos, a fim de trabalhar com pessoas incentivando-as a participar da sociedade e exercer a cidadania.

O profissional mediador atua como um “canal” para distribuir conhecimento pelas organizações e tem habilidades específicas de sua área e atendem às diferentes interações das várias áreas desta instituição, uma vez que a atividade de mediação “não está restrita apenas às atividades relacionadas diretamente ao público atendido, mas em todas as ações do profissional da informação, em todo o fazer desse profissional” (Vários canais institucionais podem ser utilizados para o debate das políticas públicas, desde os Conselhos de Gestão, até espaços autônomos já em funcionamento ou a serem criados em áreas específicas. A inserção do

profissional da informação, nesse âmbito auxilia a todos os cidadãos o acesso a suportes informacionais, itens bibliográficos e conteúdos que fomentam articulações e debates.

Na sociedade civil também há uma diversidade de interesses e de visões que precisa ser debatida, confrontada, negociada, buscando-se um consenso mínimo. Essa formulação hoje se torna complexa devido à fragmentação das organizações, apesar de algumas iniciativas de articulação em alguns setores.

Alguns elementos de conteúdo e de processo na estruturação das políticas públicas já estão claros, tais como: sustentabilidade, democratização, eficácia, transparência, participação, qualidade de vida. Esses elementos precisam ser traduzidos, contudo, em parâmetros objetivos, para que possam nortear a elaboração, implementação e avaliação das políticas propostas. Neste ponto, o profissional da informação precisa focar sua formação na transdisciplinariedade, permitindo que suas habilidades sejam potencializadas para atender uma determinada demanda social.

Enxergamos nesse projeto a intensa participação do profissional da informação nas fases de identificação do problema (1ª fase), no momento de finalização e implementação desta política (4ª fase) e no processo de avaliação (5ª fase). Tais etapas necessitam da mediação entre os agentes formadores das políticas e a população beneficiada por elas, como podemos constatar na figura 2.

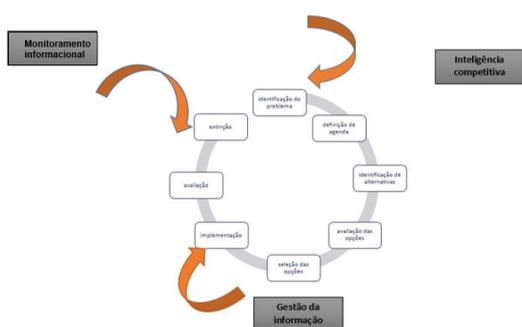


Figura 2. Representação da atuação do profissional da informação nas fases do ciclo da política pública.

A atuação do profissional da informação no planejamento das atividades de gestão pública e na avaliação permite essa ponte, trazendo consigo a presença cada vez mais ativa da sociedade civil nas questões de interesse geral, tornando fundamental a necessidade do debate público, da transparência, da sua elaboração em espaços públicos e informacionais e não somente nos gabinetes governamentais. Nesse caminho, as condições de desenvolvimento da própria sociedade indicarão suas possibilidades de assimilação das novas tecnologias e do seu nível de entendimento do valor dessa absorção para o progresso científico e tecnológico tornando-o um profissional multifacetado capaz de transformar realidades sociais através dessa mediação política.

### 3 Conclusões

Diante do importante e desafiador momento que nos encontramos no cenário das mudanças nos setores econômicos, tecnológicos e político-sociais, inquietou-nos pensar a respeito das extensões das políticas de informação para atender as demandas da sociedade da informação.

É importante ressaltar que as formas de atuação do Estado com relação aos elementos estruturais da Sociedade são cruciais, uma vez que suas políticas podem traçar o horizonte e definir os modos de interação dos indivíduos, grupos, organizações e instituições públicas e privadas, tanto no interior do Estado quanto fora de seus limites institucionais. (Miranda, 2000).

Não existem dúvidas sobre o crescimento da área de políticas públicas na pesquisa acadêmica que se realiza atualmente no Brasil. Várias áreas do conhecimento, e não só a ciência política, vêm realizando pesquisas sobre o que o governo faz, ou deixa de fazer. Portanto, a academia, juntamente com órgãos governamentais e centros de pesquisa, estes últimos com tradição mais antiga na área, têm ampliado sua presença nos estudos e pesquisas sobre políticas públicas.

Ao entender as Políticas públicas como diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado, é necessário um caminho de mão dupla entre os discursos de ambos os interessados, o que nem sempre ocorre devido a incompatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas.

A atuação do profissional da informação no planejamento das atividades de gestão pública e na avaliação permite essa ponte, trazendo consigo a presença cada vez mais ativa da sociedade civil nas questões de interesse geral, tornando fundamental a necessidade do debate público, da transparência, da sua elaboração em espaços públicos e informacionais e não somente nos gabinetes governamentais. Nesse caminho, as condi-

ções de desenvolvimento da própria sociedade indicam suas possibilidades de assimilação das novas tecnologias e do seu nível de entendimento do valor dessa absorção para o progresso científico e tecnológico, tornando-o um profissional multifacetado capaz de transformar realidades sociais através dessa mediação política.

Estando inserida nas áreas de conhecimento das humanidades, a Ciência da Informação possui vínculos sociais, o que aproxima o contexto político de sua existência, uma vez que as relações sociais são cognominadas por metodologias e atividades políticas que resultam da atividade dos próprios homens vivendo em sociedade.

A significância de ser cidadão envolve um conjunto de direitos e deveres no conjunto da coletividade, e o direito à informação é considerado nesta sociedade da informação o direito síntese de todos os direitos humanos na efetivação da cidadania, sem o qual ficam prejudicados a consciência de todos os outros direitos. A aquisição de direitos políticos, civis e sociais está ligado a saber se informar pelas fontes corretas, o que atualmente é um fator preponderante na concessão da igualdade social, aspecto que torna necessária a ativação da função crítica dos profissionais do campo da informação.

A atuação crítica significa considerar as instâncias ética, moral e social, por meio da valorização de caracteres socialmente responsáveis. A designação de responsabilidades sociais na Sociedade da informação ordena desejo de mudança e o compromisso com o próximo, advindo de uma consciência cidadã. Atuar nessa sociedade pautada pelo objeto de trabalho do profissional da informação deve criar impacto tamanho que perante ao coletivo, o estereótipo de guardião de livros seja substituído pela função de ponte entre governantes e governados por meio da disseminação informacional.

## Referências

- Almeida Júnior, O; Bortolin, S (2007). Mediação da informação e da leitura. // Seminário em Ciência da Informação, 2. 2007, Londrina.
- Belloni, I (2000). Metodologia de avaliação em políticas públicas. São Paulo, Cortez, 2000.
- Bobbio, N (2002). Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil. 2a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002
- Borko, H (1968). Information Science: What is it? // American Documentation, v. 19, n.1, 1968. 3-5
- Carvalho, A (2010). Apropriação da informação: um olhar sobre as políticas públicas sociais de inclusão digital. Marília, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2010. 169 f. Tese Doutorado
- Carvalho, M. L.; Barbosa, T. R. C. G.; Soares, J. B (2010). Implementação de política pública: uma abordagem teórica e crítica. // Coloquio Internacional Sobre Gestión Universitaria En América Del Sur, X, 2010, Mar del Plata.
- D'Ascenzi, L (2006). Cultura e mudança em organizações: análise etnográfica e dialógica da reestruturação promovida pelo Método da Roda nos centros de saúde de Campinas - Universidade Estadual de Campinas. 2006 – Dissertação de Mestrado
- Dye, T (1984). Understanding Public Policy. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984.
- Eastone, D (1965). A Framework for Political Analysis. Englewood Cliffs: Prentice Hall. 1965.
- Elster, J (1978) Logic and society: contradictions and possible worlds. Nova York: John Wiley & Sons, 1978
- Evans, P; Reschemeyer, D.; Skocpol, T (1958). Bringing the state back. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- Faria, C (2003). Ideias, Conhecimento e Políticas Públicas: Um Inventário Sucinto das Principais Vertentes Analíticas Recentes // Revista Brasileira de Ciências Sociais 18 (51) 2003. 21-30
- Ferreira, A. (2009). Dicionário Aurélio ilustrado. Curitiba: Positivo, 2009. 560p, 2009
- Garcia, R. C (2001). Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília: IPEA, n.23, p.7-70, jun.
- Giuliani, M (2005). Policy termination. // CAPANO, Guisepe; Giuliani, Marco (2005) Dizionario di Politiche Pubbliche. Roma: Carocci. 2005.
- Habermas, J (1992). Direito e democracia: entre factividade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.
- Harbermas, J (1984). The theory of communicative action: Reason and the rationalization of society. Boston: Beacon Press, 1984.
- Howlett, M. ; Ramesh, D (2003). Studying Public Policy: Policy Cycles and Policy Subsystems, Toronto, Oxford University Press, 2003.
- Jovchelovitch, S (2000). Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000, 232p.
- Kingdon, J. (1984). Agendas, Alternatives, and Public Policies. Boston: Little, Brown. 1984.
- Laswell, H (1958). Politics: Who Gets What, When, How. Cleveland, Meridian Books, 1958.
- Lenzi, L. A. F.; Brambila, E. Z (2006). Ciência da Informação, ciência e revolução científica: breve histórico e reflexões // Inf. Inf., Londrina, v. 11, n. 1, jan. /jun. 2006.
- Levy, P (2010). Cibercultura. Rio de Janeiro: Ed 34, 2010.
- Lévy, P (1998). A inteligência coletiva. São Paulo: Edições Loyola, 1998
- Lindblom, C (1959). The Science of Muddling Through // Public Administration Review 19: 78-88. 1959 183-204
- Losekann, C. (2009). A esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro // Pensamento Plural Pelotas, ano 4, p. 37-57, jan/jun, 2009.
- Marx, K; Engels, F (1999). Manifesto do Partido Comunista. 9 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- Miranda, A (2000). Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos // Ci. Inf., v. 29, n. 2, Aug. 2000
- Parsons, W (2001). Public policy: an introduction to the theory and practice of policy analysis. Cheltenham: Edward Elger Publ., 2001.

- Rua, M. G (2007). *Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos*. // Rua, M. G; (2000) *O Estudo da Política: Temas Seleccionados*. Brasília: Paralelo 15, 2007.
- Rezende, M (2011). A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. // Mattos, R. A.; Baptista, T. W. F. (2011) *Caminhos para análise das políticas de saúde*, 2011. 138-172.
- Santos, R. S. (2009). Compreendendo a Natureza das Políticas do Estado Capitalista. *RAP. Revista Brasileira de Administração Pública*, v. 41, p. 819-834, 2009.
- Secchi, L (2010). Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. // *Rev. adm. contemp*, v. 15, n. 6. 2010. 11-44
- Simon, H (1957). *Comportamento Administrativo*. Rio de Janeiro: USAID. 1957.
- Souza, C (2006). Políticas Públicas: uma revisão da literatura. // *Sociologias*, v.16, 2006. 20-45.
- Souza, C (2003). Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa // *Caderno CRH* 39 2003. 11-24
- Sveiby, K. E. (2000). Métodos para avaliar ativos intangíveis. *Revista Unifae*, v7, n.2, 2000 [http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/revista\\_da\\_fae/fae\\_v7\\_n2/rev\\_fae\\_v7\\_n2\\_01.pdf](http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v7_n2/rev_fae_v7_n2_01.pdf). (4/6/2015)
- Tarapanoff, K.; Suaiden, E.; Oliveira, C. L (2002). Funções sociais e oportunidades para profissionais da informação // *DataGrmaZero: Revista de Ciência da Informação*, v.3, n.5, out. 2002.
- Taylor, C. (1992). *Multiculturalism and: The Politics of Recognition*. Princeton: Princeton University Press, 1992
- Teixeira, E. C. (2002) *Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade*. Disponível em <http://www.aatr.org.br/papelpp.pdf>
- Wersig, G; Neveling, Ulrich (1975) Os fenômenos de interesse para a Ciência da Informação//*Information Scientist*, v.9, n. 4, .127-140.

---

Copyright: © Marsulo e Carvalho. This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons CC Attribution-ShareAlike (CC BY-SA), which permits use, distribution, and reproduction in any medium, under the identical terms, and provided the original author and source are credited.

---

Received: 2016-06-07. Accepted: 2016-06-08.